

## País precisa firmar térmicas a gás para aumentar sua segurança energética

*SALOMON, Augusto. "País precisa firmar térmicas a gás para aumentar sua segurança energética". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2018.*

Depois de uma leve recuperação este ano (estimada em 1,3%), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2019 deve ter um crescimento de 2,55%, conforme estimativa do boletim Focus publicado no site do Banco Central em 17 de dezembro. A projeção, consolidada a partir das previsões de mais de 100 instituições financeiras, é de uma alta de 2,50%/ano em 2020 e 2021.

Se o faro dos economistas estiver correto, o País está a caminho de uma retomada consistente de crescimento. A alta do consumo de energia elétrica é previsível e, portanto, o País precisa fomentar outras fontes capazes de garantir o atendimento dessa demanda — especialmente nos horários de ponta.

Basta observar o recentemente divulgado Plano Decenal de Expansão de Energia 2027, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A estimativa da EPE é de que a partir de 2022 apareça a necessidade de oferta para a complementação de potência, totalizando cerca de 13.200 MW em 2027. Ainda segundo a EPE, essa necessidade de complementação é acentuada pelo horizonte de crescente incorporação das chamadas novas energias renováveis (eólica e fotovoltaica) no parque de geração.

Diante desse cenário, é sensato que o Brasil reavalie sua estratégia.

Nós defendemos como alternativa a inserção das térmicas a gás natural na base do sistema elétrico — em vez de recorrer a essas usinas somente no horário de ponta ou em situações de risco hidrológico. Com essa medida, o País ganha em segurança energética, reduz o custo dessa geração e aperfeiçoa o planejamento de todo o sistema elétrico.

A termogeração a gás em base firme contribuiria, ainda, para preservar e recuperar os reservatórios hídricos, bem como dar retaguarda à expansão das fontes renováveis que são energias intermitentes e, portanto, de menor previsibilidade.

Essa ação tem um benefício adicional: permitiria a gradual substituição de termoelétricas extremamente poluentes — movidas a óleo combustível, ainda em operação no País — por outras mais limpas, como as que funcionam a gás natural, com menor emissão de gases causadores de efeito estufa (GEE).

Do ponto de vista econômico, essa medida faz bastante sentido. O mercado internacional experimenta uma ampla oferta de Gás Natural Liquefeito (GNL) e o País já conta com terminais de regaseificação em Pecém (CE), Baía de Todos os Santos (BA) e Baía de Guanabara (RJ) — infraestrutura que poderia ser mais bem utilizada, inclusive com a adoção de medidas que viabilizem o acesso de outros agentes.

Com um planejamento energético adequado, o País poderia otimizar o uso de GNL, deixando de comprar a molécula no mercado spot em que os preços são mais altos — o que ocorre quando se despacha mais térmicas a gás em função de um quadro hidrológico desfavorável (no período seco) — e passando a adquiri-la com uma maior previsibilidade, a valores mais competitivos.

A conjuntura favorece uma presença maior do gás natural na matriz energética. Na transição rumo a um modelo mais limpo, o Brasil tem no gás natural um pilar de desenvolvimento nas próximas décadas. Conforme aponta um estudo da consultoria Strategy/PwC, o aumento da produção nacional no Pré-sal somado ao contexto internacional de maior oferta e preços reduzidos apontam para um futuro em que o gás tende a ganhar mais relevância no mix energético brasileiro. Outro ponto importante são os desinvestimentos da Petrobras, que abrem novas perspectivas de crescimento da cadeia produtiva. Com todo esse diagnóstico, desenvolvemos um documento de 52 páginas, entregue pessoalmente ao governo eleito, com uma série de propostas para o Brasil aproveitar todo o potencial de geração de renda e empregos da indústria de gás natural, gerando investimentos que podem superar US\$ 32 bilhões.

Na área de geração elétrica, defendemos a plena integração do planejamento da expansão dos setores elétricos e de gás natural por meio da compatibilização dos modelos de contrato de gás com os de geração; leilões de longo prazo, incorporando externalidades (custos de infraestrutura de distribuição, custos de restrições elétricas na distribuição e custos de perdas na distribuição). O planejamento da construção de novas térmicas a gás viabilizaria a expansão da malha de transporte — hoje, o despacho termelétrico corresponde a aproximadamente 40% do consumo total do insumo. Também sugerimos a promoção de leilões locais para as térmicas a gás natural.

Em paralelo, acreditamos que um novo planejamento energético deveria incentivar a utilização da chamada Geração Distribuída a gás natural, uma medida extremamente positiva para aproveitar a disponibilidade de rede, especialmente em regiões de maior densidade e nos grandes centros urbanos, onde, muitas vezes, as concessionárias de energia elétrica não têm infraestrutura capaz de responder, de forma rápida, à demanda de indústrias e de empreendimentos como grandes centros comerciais, espaços dedicados a eventos e edifícios corporativos.

Entendemos ser fundamental aperfeiçoar a modelagem atual, propondo às concessionárias de energia elétrica alternativas de operacionalização da exportação de energia das unidades de cogeração e geração em ponta, adotando um valor de referência que remunere adequadamente a Geração Distribuída e reconheça seus atributos. É preciso, ainda, ampliar a visibilidade dos preços para a venda de energia de cogeração.

O trabalho da Abegás vem perseguindo a construção de um ambiente que aumente a concorrência na oferta e favoreça os investimentos em todos os elos da cadeia produtiva, de modo a permitir que o País tenha no gás natural, cada vez mais, uma fonte competitiva e ambientalmente eficiente e que garanta a indispensável segurança energética.

Estamos certos de que a materialização de todo o potencial do setor de gás vá propiciar um novo ciclo de expansão da indústria nacional e um sólido desenvolvimento socioeconômico em benefício da sociedade.

***Augusto Salomon é presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás)***